



MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: GESTÃO DO MEMORIAL DA ESCOLA ESPECIAL CONCÓRDIA E OS DESAFIOS PARA A HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO DE SURDOS (1966-2020)

Luciane Bresciani Lopes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
lbresciani@gmail.com

Weliton Barbosa Kuster
Universidade Federal de Pelotas
welitonkuster@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta como objetivo geral a análise dos desafios para a produção da historicidade da Escola Especial Concórdia e da educação de surdos, a partir da articulação entre memória, patrimônio e invisibilidade. Para tanto, optou-se, metodologicamente, pelo desenvolvimento de um estudo de caso para o debate sobre o estado de conservação, organização e acesso aos documentos históricos disponíveis no Memorial da Escola Especial Concórdia na Universidade Luterana do Brasil. No que tange aos aspectos teóricos, a presente pesquisa inscreve-se na articulação entre História da Educação e Museologia. A partir da análise, conclui-se que as constantes trocas de gestão e a ausência de políticas de preservação documental não apenas comprometem o acesso às fontes, mas também promovem a invisibilização de experiências educativas. Evidencia-se, ainda, como a negligência documental e a musealização improvisada fragilizam a salvaguarda da memória, convertendo-a em símbolo estático e desarticulado dos sujeitos que a produziram. A falta de cuidado com os objetos que fazem parte do acervo, assim como o não diálogo com a comunidade, ao qual eles se referem, apresenta-se como um entrave à construção de uma historiografia alargada sobre essa instituição específica, assim como se impõe como um desafio para a historicidade da educação de surdos no Brasil.

Palavras-chave: Escola Especial Concórdia; História da Educação Especial; Educação de Surdos.

MEMORIA Y PATRIMONIO: GESTIÓN DEL MEMORIAL DE LA ESCUELA ESPECIAL CONCÓRDIA Y LOS DESAFÍOS PARA LA HISTORICIDAD DE LA EDUCACIÓN DE SORDOS (1966-2020)

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo general analizar los desafíos para la producción de la historicidad de la Escuela Especial Concórdia y la educación de sordos, a partir de la articulación entre memoria, patrimonio e invisibilidad. Metodológicamente, se optó por el desarrollo de un estudio de caso para el debate sobre el estado de conservación, organización y acceso a los documentos históricos disponibles en el Memorial de la Escuela Especial Concórdia en la Universidad Luterana de Brasil. En cuanto a los aspectos teóricos, la presente investigación se inscribe en la articulación entre Historia de la Educación y Museología. A partir del análisis, se concluye que los constantes cambios en la gestión y la ausencia de políticas de preservación documental no solo comprometen el acceso a las fuentes, sino que también promueven la invisibilización de experiencias educativas. Además, se evidencia cómo la



negligencia documental y la musealización improvisada debilitan la salvaguardia de la memoria, convirtiéndola en un símbolo estático y desarticulado de los sujetos que la produjeron. La falta de cuidado con los objetos que forman parte del acervo, así como el no diálogo con la comunidad a la que se refieren, se presenta como un obstáculo para la construcción de una historiografía ampliada sobre esta institución específica, así como se impone como un desafío para la historicidad de la educación de sordos en Brasil.

Palabras clave: Escuela Especial Concórdia; Historia de la Educación Especial; Educación de Sordos

MEMORY AND HERITAGE: MANAGEMENT OF THE MEMORIAL OF THE ESCOLA ESPECIAL CONCÓRDIA AND THE CHALLENGES FOR THE HISTORICITY OF DEAF EDUCATION (1966-2020)

ABSTRACT

The present article aims to analyze the challenges in producing the historicity of the Escola Especial Concórdia and the education of the deaf, based on the articulation between memory, heritage, and invisibility. Methodologically, a case study was developed to discuss the state of conservation, organization, and access to historical documents available at the Memorial da Escola Especial Concórdia at the Universidade Luterana do Brasil. Theoretically, this research is situated at the intersection of History of Education and Museology. The analysis concludes that constant changes in management and the lack of documentary preservation policies not only compromise access to sources but also promote the invisibilization of educational experiences. It is also evident that documentary negligence and improvised musealization weaken the safeguarding of memory, turning it into a static and disarticulated symbol of the subjects who produced it. The lack of care for the objects that are part of the collection, as well as the lack of dialogue with the community to which they refer, presents an obstacle to the construction of an expanded historiography about this specific institution, as well as a challenge for the historicity of deaf education in Brazil.

Keywords: Special School Concórdia; History of Special Education; Deaf Education.

MÉMOIRE ET PATRIMOINE : GESTION DU MÉMORIAL DE L'ÉCOLE SPÉCIALE CONCÓRDIA ET LES DÉFIS POUR L'HISTORICITÉ DE L'ÉDUCATION DES SOURDS (1966-2020)

RÉSUMÉ

Le présent article vise à analyser les défis de la production de l'historicité de l'École Spéciale Concórdia et de l'éducation des sourds, à partir de l'articulation entre mémoire, patrimoine et invisibilité. Méthodologiquement, une étude de cas a été développée pour débattre de l'état de conservation, d'organisation et d'accès aux documents historiques disponibles au Mémorial de l'École Spéciale Concórdia à l'Université Luthérienne du Brésil. Sur le plan théorique, cette recherche s'inscrit à l'intersection de l'Histoire de l'Éducation et de la Muséologie. L'analyse conclut que les changements constants de gestion et l'absence de politiques de préservation documentaire ne compromettent pas seulement l'accès aux sources, mais promeuvent également l'invisibilisation des expériences éducatives. Il est également évident que la négligence documentaire et la muséalisation improvisée affaiblissent la sauvegarde de la mémoire, la transformant en un symbole statique et désarticulé des sujets qui l'ont produite. Le manque de



soin pour les objets faisant partie du patrimoine, ainsi que le manque de dialogue avec la communauté à laquelle ils se réfèrent, constitue un obstacle à la construction d'une historiographie élargie sur cette institution spécifique, ainsi qu'un défi pour l'historicité de l'éducation des sourds au Brésil.

Mots-clés: École Spéciale Concórdia ; Histoire de l'Éducation Spéciale ; Éducation des Sourds.

INTRODUÇÃO

Caixas, troféus, placas, uniformes, fotografias e um pequeno caderno com o texto de Elizete Linden, do ano de 1962, no qual ela narra o desejo de que as irmãs surdas possam aprender a falar — que, segundo relatos, marca o início das atividades da Escola Especial Concórdia, na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil —, encontram-se armazenados em uma sala de aula de uma universidade. Tais materialidades históricas não passaram por nenhum processo de curadoria, ordenamento e identificação, foram espalhadas em algumas mesas e outras permanecem em pastas e caixas sem identificação. Esse foi o contexto de encontro e espanto vivenciado pelos autores deste texto. Tal reação se justifica pela fundamentação teórica que orienta a prática assumida nesta produção, na qual salvaguardar se constitui como verbo e, portanto, exige ação.

O cenário encontrado em 2021, que, segundo a Associação Educacional Luterana do Brasil (Aelbra), abriga o Memorial da Escola Especial Concórdia na Universidade Luterana do Brasil, tem possibilitado discussões e produções sobre o Memorial e a Escola. Tais produções respeitam os princípios éticos para o desenvolvimento de estudos no país a partir do compromisso assumido pelos pesquisadores e a submissão da pesquisa *Cultura Escolar e Educação de Surdos: a atuação docente na Escola Especial Concórdia* para a produção dos dados. Destacamos que nossa análise tem como centralidade a reflexão sobre a preservação de arquivos de memória e não somente a crítica à gestão do Memorial da Escola Especial Concórdia. A experiência produzida, por intermédio do acesso ao Memorial e o encontro dos pesquisadores, mobilizou, para este texto, o seguinte objetivo geral: analisar os desafios para a produção da historicidade da Escola Especial Concórdia e da educação de surdos, por meio da articulação entre memória, patrimônio e invisibilidade.

Para o desenvolvimento do objetivo do texto, utiliza-se da metodologia de estudo de caso, considerando que essa escolha possibilita a análise de um contexto específico sobre uma determinada situação ou problema. Segundo Yin (2001), essa metodologia pode auxiliar na produção de respostas de questões de investigação do tipo “como” e “por que”. Ainda, na construção de respostas a questionamentos desse tipo, o estudo de caso “facilita a compreensão



dos fenômenos sociais, pela análise particularizada do contexto situacional” (Coimbra; Martins, 2013, p. 33). Nesse sentido, o estudo de caso não apenas descreve a materialidade do acervo, colabora na análise das práticas e significados, mas, neste estudo especificamente, tensiona as questões relacionadas à memória, patrimônio e invisibilidade e as dificuldades impostas por essas questões na escrita da história da Escola Especial Concórdia.

Souza (2013, p. 205) afirma que o estado de conservação (ou não) experienciado, no Memorial da Escola Especial Concórdia, é comum a vários arquivos que estão “distribuídos ao acaso em armários e caixas, descuidados e sem interesse”. Sobre a inexistência de um arquivo organizado e a precariedade das condições de conservação, Magalhães (2004) argumenta que essas são questões que desafiam o trabalho do historiador, pois limitam o acesso às fontes, em especial às escritas e iconográficas. Além disso, esse descaso evidencia a urgência de políticas públicas voltadas à preservação documental, que não apenas garantam a integridade dos acervos, mas também promovam sua acessibilidade, essencial para o avanço da historiografia e a salvaguarda da memória histórica.

Apresentadas as questões iniciais de contextualização do artigo, na continuidade da escrita, este texto será organizado em duas partes. Na primeira parte, adensamos as discussões teóricas acerca do conceito de memória e patrimônio e os impactos da invisibilização no caso da Escola Especial Concórdia. Na segunda parte, abordaremos a história da Escola Especial Concórdia, com ênfase nas mudanças de território e gestão escolar e, por consequência, os desafios no processo de escrita da história da instituição.

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E INVISIBILIDADE

Reconhecer um espaço como um legítimo lugar de memória revela uma relação profunda dentro da dinâmica entre memória, patrimônio e esquecimento. Historicamente, reconhecer o protagonismo surdo em diferentes esferas tem revelado processos ativos e inativos de exclusão, negligência e invisibilidade. Memória e esquecimento não são apenas opostos, o esquecimento é uma condição do próprio processo de lembrar. Segundo Ricoeur (2007, p. 48), a “[...] busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança”. A relação entre a memória e o esquecimento é um paradoxo que pode ser compreendido como um enigma, pois a memória é constituída na relação entre lembrança-esquecimento, não lembrar-querer esquecer.



O conceito de *Lieux de Mémoire* (no português, ‘lugares de memória’) tem sua formulação vinculada aos estudos do historiador francês Pierre Nora e surge de um movimento que buscava refletir sobre a crise de memória em contextos de modernidade acelerados. Por definição, o “lugar de memória” é o ponto onde a memória, ameaçada pelo desaparecimento da sua forma, cristaliza-se e se materializa. Esses locais, em teoria, não representam manifestações espontâneas do passado, mas sim mediações que são intencionalmente criadas para preservar aquilo que já não se pode mais recordar de maneira orgânica (Nora, 1984).

A gênese desse conceito se liga de maneira intrínseca à crise da temporalidade que o final do século XX apresenta. O tempo contemporâneo, em que a mundialização, a democratização, a massificação e a mediatização acabam por impor uma espécie de aceleração da própria história (Hoffman, 2020), levam o tempo vivido a tornar-se efêmero. Essa complexa rede pressiona para o esquecimento, o que desloca as sociedades a externalizarem suas lembranças em suportes físicos e simbólicos, representados por monumentos, bibliotecas, arquivos, museus e outros. Assim surgem os lugares de memória.

Faz-se importante perceber que o desenvolvimento do conceito de lugar de memória foi pensado por Pierre Nora em meio a uma significativa crise identitária na França, onde o patriotismo tradicional, que teve forte influência na vitória na Primeira Guerra Mundial, encontrava-se ferido. Ao contemplar uma noção de que a história da França teria parado, Nora analisa a cristalização da memória de uma nação que já estava constituída em sua quase que majoritária hegemonia (Enders, 1993).

No Brasil, o conceito ganha novos contornos, invertendo a premissa dessa primeira função, carregada de ideologia. Na contrapartida de afirmar uma memória hegemônica alinhada ao Estado, os lugares de memória no Brasil são corriqueiramente utilizados como formas de dar protagonismo a identidades silenciadas e por uma tentativa de promover a reparação. Nesses cenários específicos, os lugares de memória frequentemente se concentram nas memórias dos grupos minoritários e oprimidos, transformando esses lugares em espaços de luta contra o esquecimento e, inclusive, como enfrentamento às narrativas oficiais. Para grupos que não possuem uma memória institucionalizada, a emergência dos lugares de memória projeta um processo de fazer da memória um domínio que também seja cultural. Nesse sentido, a memória se constrói simbolicamente por meio de suportes externos que afirmam a identidade e a reparação histórica e social.

No que se refere ao conceito de patrimônio, torna-se importante demarcar que sua categoria não é neutra, mas sim reflete critérios que estão situados historicamente. No Brasil, os parâmetros adotados nos processos de patrimonialização trouxeram consigo um



favorecimento às narrativas que descreviam esse país como herdeiro de uma cultura com fortes inspirações na Europa, influenciado pelos regimes de verdade do catolicismo e ainda branco (Souza; Crippa, 2011). Diante disso, outros patrimônios acabaram sendo negligenciados. A não implementação de projetos de memória, como é o caso do acervo da Escola Especial Concórdia, é uma das manifestações desse processo de negligência e, por consequência, invisibilização da história da instituição, que pode ser considerado, a partir de um olhar mais amplo, como programado.

Projetos de memória que não foram implementados de maneira assertiva ou, em cenários mais delicados, que sequer foram implementados, como é o caso da instituição trazida neste artigo, revelam que, na contramão de construir uma memória histórica, apenas promovem a ideia de uma celebração nostálgica do passado. Ao focar apenas em uma idealização do passado, não conseguem movimentar o presente e, consequentemente, mobilizar o próprio futuro (Ferreira; Godinho, 2022).

Não envolver os sujeitos que pertenciam ao espaço, que dá origem ao dito lugar de memória, tensiona a consolidação do espaço como tal. O olhar unicamente técnico torna-se também superficial, o que bloqueia a criação de um sentimento de pertença. O projeto de um memorial da Escola Especial Concórdia, que não se preocupou com a catalogação e a organização do material oriundo da instituição, destaca esse olhar superficial que não alcança a dimensão do que a escola pode ter significado para os sujeitos que com ela se envolveram, levando essa memória preservada ao caráter de somente ser um emblema.

Esse dito lugar de memória, montado sem apresentar qualquer cuidado, pode ser associado à chamada musealização improvisada, que subordina o conhecimento especializado (Michel, 2010). Ao não se configurar em um espaço de negociação e partilha com aqueles que busca representar, fecha-se na ideia de um monumento estático que oculta aquilo que a instituição e seus sujeitos verdadeiramente vivenciaram e o que essas vivências de fato representam. Além disso, outro efeito do processo de negligência na organização da documentação da instituição, impõe ao pesquisador a produção de movimentos, conhecidos no fazer historiográfico, que alertam sobre os desafios de produção de pesquisa, sem o que denominamos redes de contato, para acessar determinadas fontes que poderiam, de alguma forma, serem de responsabilidade da mantenedora educacional. Essa dependência das articulações pessoais para o acesso a determinadas fontes promove um processo, mesmo que indireto, de privatização do patrimônio documental. As histórias das instituições acabam perdendo seu caráter público e passam a ser tuteladas pelas relações de favor e de proximidade com aqueles que informalmente “guardam a memória”. Essa é uma dinâmica que, além de



fragilizar a produção científica, também estabelece uma estrutura hierárquica que define quem possui autoridade para acessar e, consequentemente, narrar o passado.

Diante disso, a articulação entre memória, patrimônio e invisibilidade permite compreender que a ausência de políticas consistentes de preservação e de participação dos sujeitos constitui-se como um conjunto de escolhas que produzem silenciamentos e apagamentos. No caso da Escola Especial Concórdia, os limites observados na construção de um lugar de memória revelam como a patrimonialização, quando desvinculada dos sujeitos e de suas experiências, conforme abordamos ao longo deste texto, tende a esvaziar o sentido histórico e simbólico do acervo, convertendo-o em um emblema estático. Assim, compreende-se que a invisibilidade se produz e se perpetua nos processos de construção da memória, reafirmando a necessidade de entender o patrimônio como campo de disputas, negociações e reconhecimento histórico.

Considerando as disputas que atravessam a escrita da história das instituições escolares, também imbricadas nos processos de produção da memória e do esquecimento, a próxima seção dedica-se à apresentação da Escola Especial Concórdia, desde seu processo de fundação até a descontinuidade de suas atividades. Optamos por uma narrativa histórica que articula a História da Educação Especial e a História da Educação de Surdos no Brasil, compreendendo a instituição como parte de um campo marcado por tensões, silenciamentos e disputas de reconhecimento. Assim como observado nas dificuldades de acesso ao Memorial da escola, a própria trajetória institucional encontra-se atravessada por processos de invisibilização, exigindo o acionamento de redes de relações para a localização e o acesso à documentação, o que evidencia, novamente, os limites e as condições de produção da memória institucional.

ESCOLA ESPECIAL CONCÓRDIA (PORTO ALEGRE, 1966-2020)

No processo de escrita da história das instituições escolares, deve-se tecer conexões — como uma teia — entre significados e significações. No caso da escrita deste trabalho e desenvolvimento da pesquisa anteriormente citada, a rede de relações de outros pesquisadores com a Igreja Luterana também foi crucial no processo. Partindo da ideia de que é necessário tecer nexos, como afirma Justino Magalhães (2004), a escola é entendida como um espaço de produção e circulação de saberes, inscrito em determinadas espacialidades e temporalidades. Circunscrever as dimensões espacial e temporal é, portanto, central para o exercício historiográfico. Nesse sentido, como já mencionado, nossa escrita trata da Escola Especial



Concordia, uma instituição escolar que desempenhou as atividades educativas entre os anos de 1966 a 2020 na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul – Brasil.

Considerando as informações, ainda apresentadas na introdução do artigo, afirmamos que a falta de conservação das fontes históricas da instituição escolar, bem como as trocas de gestão, que abordaremos ao longo do texto, constituem-se como um desafio para essa empreitada. Contudo, mobilizamos as seguintes fontes para a produção do trabalho: 1) Revista Mensageiro Luterano e Crônicas da Igreja, disponíveis no acervo do Instituto Histórico da Igreja Luterana do Brasil; 2) referências à instituição em teses e dissertações; e 3) documentos legais da/sobre a Escola disponibilizados pelo Arquivo Histórico da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (Seduc).

De acordo com Raymann (2001), o texto de Elizete Linden, citado no início deste artigo, comoveu Naomi Warth, que decidiu, junto à Igreja Luterana, organizar um grupo de instrução religiosa para surdos. Na redação, destacamos o trecho: “Eu tenho duas irmãs mudas. Mas eu mostro-lhes a imagem de Jesus e mostro-lhes que Jesus gosta delas e que elas amam Jesus. Um dia elas vão falar [...].” Essa motivação, bem como a associação inicial da escola a uma cultura assistencialista, remete a um contexto histórico específico, que precisa ser considerado. Nesse contexto, o uso do termo “surdo-mudo”, que não se utiliza mais por uma série de questões, aqui é evocado segundo a posição política das comunidades surdas e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que garantia que “[...] Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções” (Brasil, 1961).

Os primeiros registros das ações da Escola Especial Concordia datam da década de 1960, vinculados à Comunidade Evangélica Luterana Concordia, filiada à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), na Av. Cel. Lucas de Oliveira, 894, bairro Mont’Serrat, Porto Alegre/RS. A Comunidade Concordia permanece em atividade no mesmo local; a escola, porém, em seus últimos anos, já não se situava ali. Próximo à Comunidade, o Centro Administrativo da IELB mantém o Instituto Histórico (IH/IELB), cujo acervo reúne “atas, manuscritos, biografias, livros, periódicos, mídias em geral, objetos, máquinas, equipamentos e muito mais” (IELB, 2022, online).

O interesse em educar surdos aparece documentado em *Crônicas da Igreja – fatos históricos da Igreja Luterana do Brasil: 1900–1974*, organizado pelo Rev. Martim Carlos Warth (1979), esposo de Naomi Warth, no item “3.5 ‘Escola Especial Concordia’ para surdos”. Segundo Warth, quando a Convenção da Igreja, em 1962,



[...] resolveu fazer a Campanha ‘Apascenta os meus Cordeiros’, a IELB contribuiu indiretamente para a criação de uma escola para deficientes auditivos. A menina Elizete Linden, na época no 3º ano primário do Colégio Concórdia de Porto Alegre, escreveu uma redação para sua professora de religião, Da. Naomi Hoerlle Warth, sobre o tema ‘Sou Cordeiro de Jesus’. (Warth, 1979, p. 233).

No mesmo documento, Warth narra a bolsa recebida no ano de 1964 para os Estados Unidos, com atividades no edifício-sede da Igreja Luterana em St. Louis. Ali tomou conhecimento de um serviço especializado de missão entre surdos e do ensino de língua de sinais no Seminário. Em pouco tempo, Naomi, o esposo e a filha Beatriz passaram a frequentar aulas semanais de língua de sinais. Na sequência, o Departamento de Missão liberou mãe e filha para estudarem no Central Institute for the Deaf, onde aprenderam metodologias de ensino da fala para surdos (Warth, 1979).

Segundo Kuster (2022, p. 64), após visitas a instituições norte-americanas, Naomi e Beatriz visualizaram o porão da capela do Seminário Concórdia — usualmente destinado a atividades culturais da comunidade luterana — como espaço inicial para a escola. Na revista Mensageiro Luterano, no ano de 1982, em uma reportagem especial sobre a Escola, menciona-se o dia 5 de setembro de 1966 como data da criação da escola. Segundo Kuster (2022, p. 64), a data mencionada refere-se à realização da aula inaugural, início das atividades. Ainda, tal data de início das atividades da escola, no ano de 1966, está registrada na ata de fundação do Centro de Atendimento ao Deficiente Auditivo (CEDA).

O CEDA passou a ser a entidade mantenedora da Escola Especial Concórdia no ano de 1970. No documento *Crônicas da Igreja – fatos históricos da Igreja Luterana do Brasil: 1900 – 1974*, do ano de 1979, o Reverendo Warth conta sobre o apoio do Prof. Melvin Luebke, administrador de uma escola de surdos em Nova York, a Mill Neck Manor, para que fosse criada uma nova organização jurídica e administrativa, na figura do CEDA. No sistema de ensino estadual do Rio Grande do Sul, a escola recebeu o reconhecimento, naquele momento constituído dos cursos pré-primário e primário, a partir da Portaria SEC nº 22.810 de 24 de agosto de 1972. Contudo, somente no ano de 1974 foi emitido o Parecer CEEd nº 432 de 30 de maio de 1974, que considerava a Escola Especial Concórdia eficiente para ministrar o que denominavam ensino especializado.

A expansão do alunado, nos anos que seguiram, resultado tanto da procura em Porto Alegre quanto de outras regiões do estado e do país, impulsionaram as ampliações estruturais, incluindo a mudança de espaço físico. Quanto à ampliação das etapas de ensino — da criação



à consolidação do 2º Grau em 1985 —, retomamos à documentação legal junto ao sistema estadual para enquadrar sua cronologia:

QUADRO 1 – Documentos legais da Escola Especial Concórdia (1972-1985)

Documento/Órgão emissor/Ano	Natureza do ato legal
Portaria SEC nº 22.810 de 24 de agosto de 1972	Reconhecimento da Escola Evangélica Luterana Concórdia, constituída pelos cursos Primário e Pré-Primário.
Parecer CEEd nº 432 de 30 de maio de 1974	Considera eficiente para ministrar ensino especializado.
Parecer CEEd nº 422 de 11 de julho de 1972	Indica a regularização da escola.
Portaria SE nº 20.662 de 13 de novembro de 1978	Regularização da situação da Escola, bem como de autorização para funcionamento e designação.
Parecer CEEd nº 863 de 28 de dezembro de 1979	Análise de funcionamento, em 1980, da 5ª série.
Portaria SE nº 9.824 de 11 de fevereiro de 1980	Autorização de funcionamento da 5ª série.
Parecer CEEd nº 12 de 8 de janeiro de 1982	Apresenta a viabilidade de ampliação de 6ª, 7ª e 8ª séries a partir dos anos de 1982, 1984 e 1986.
Portaria SE nº 7.252 de 02 de abril de 1982	Autorização de funcionamento da 6ª série.
Portaria SEC nº 22.916 de 15 de maio de 1984	Autorização de funcionamento da 7ª e 8ª séries, mantendo também Maternal e Classes de Jardim de Infância níveis A e B.
Parecer CEEd nº 275 de 3 de maio de 1985	Apresenta a viabilidade de implementação do 2º Grau.
Portaria SEC nº 8.663 de 11 de julho de 1985	Autorização de funcionamento do 2º Grau.

Fonte: Organizado a partir de Lopes (2025).

No documento *Crônicas da Igreja – fatos históricos da Igreja Luterana do Brasil: 1900–1974* (Warth, 1979), o Rev. Martim Carlos Warth registra a aquisição, pelo Centro Educacional para Deficientes Auditivos, de um terreno no bairro Cristo Redentor (Porto Alegre), onde se edificaria a nova sede, inaugurada em 1984, após intensas campanhas de arrecadação de recursos — entre elas, materiais de divulgação produzidos pelo CEDA. Da data de inauguração das novas instalações até o fim das suas atividades, no ano de 2020, a Escola Especial Concórdia ficou localizada na Avenida Dr. João Simplício Alves de Carvalho, 600 - Jardim Ipiranga – Porto Alegre/RS.

Antes do encerramento das atividades, por razões financeiras, em reunião realizada em 25 de janeiro de 1996, nas dependências da Escola Especial Concórdia, foi lavrada a ata de



transferência do patrimônio da Escola para a Comunidade Evangélica Luterana São Paulo (CELSP). A transferência foi efetivada pelo Parecer CEEd nº 1.070, de 3 de dezembro de 1997, e, no ano de 2016, pela Designação CEEd nº 421, de 17 de agosto, alterou-se a designação da Unidade de Ensino Especial Concórdia para Escola Especial ULBRA Concórdia. Contudo, no ano de 2020, também por questões financeiras, a escola teve suas atividades descontinuadas. Por deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 138/2021, de 17 de junho de 2021, a Escola Especial ULBRA Concórdia, em Porto Alegre, que oferecia Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, deixou de integrar o Sistema Estadual de Ensino.

As trocas de gestão escolar, ao longo da história da instituição, do espaço físico no ano de 1985, de troca de direção e mantenedora em 1996, as trocas de direção até o fechamento e o estado de conservação dos documentos e objetos históricos da escola provocam a reflexão sobre como as mudanças de gestão podem se constituir em momentos críticos do registro. Nesses momentos, redefinem-se o que se registra, o que se celebra e o que se silencia, ordenando arquivos, práticas e símbolos. Assim, o encerramento das atividades da escola pode ser um ponto de reflexão sobre as políticas de salvaguarda, memória da instituição, patrimônio educativo e descontinuidades.

Nesse sentido, é pertinente refletir sobre como cada nova administração possui a autoridade de redefinir o passado a partir das suas imposições e negligências e como isso também demonstra, como consequência, a fragilidade do próprio patrimônio educativo. Diferentes gestões, ao assumirem suas próprias prioridades, promovem o descarte e a marginalização daquilo que não se considera relevante de acordo com determinada visão. Esse imperativo, infelizmente bastante comum, demonstra a falta das políticas de salvaguarda que torna a memória institucional cativa das continuidades administrativas e daquilo que cada uma delas entende por legado.

A decisão tomada em descontinuar definitivamente as atividades da Escola Especial Concórdia centraliza a discussão sobre a responsabilidade histórica e social a respeito das memórias produzidas pela educação. Momentos como esses são oportunidades para o fortalecimento do debate sobre políticas de arquivamento, transferência de material a ser preservado como patrimônio educativo e as potencialidades que o legado da instituição, a comunidade que com ela se envolveu e a escrita da história podem alcançar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Do ponto de vista da museologia social, a prática museológica deve assumir que o espaço do museu é um espaço de negociação e de partilha. Em oposição ao enquadramento do passado dentro de caixas fechadas, a museologia social aponta para esses espaços como espaços de inclusão e de respeito. No que tange à memória surda, a gestão dos acervos e as narrativas devem estar postas em um processo dialógico que acolha a complexidade dessas relações e as formas pelas quais elas se estabeleceram, além dos sujeitos sociais que diretamente com elas se envolveram de maneira específica e também ampla, inserindo essas construções na própria história da educação dos surdos.

A memória histórica da surdez no Brasil ainda se encontra marcada por significativas lacunas. Se, por um lado, as pesquisas a respeito da história da educação desses sujeitos têm crescido no interior do campo da História da Educação, por outro, permanecem ainda os enfrentamentos entre a história dita oficial, inscrita, em grande maioria, na noção de normalidadeposta por uma maioria ouvinte e, nesse sentido, ainda clínico-centradas. É importante rememorar que o modelo educativo que se direcionou aos sujeitos surdos esteve, desde seus primórdios e durante longos anos de seu desenvolvimento, ligado ao sentido clínico e aquilo que a medicina definia como padrão de normalidade e anormalidade. Da mesma forma, a Igreja operou a partir desses mesmos preceitos, reservando aos surdos um espaço marginal dentro do corpo social.

Ao deslocar o olhar para uma ideia macro e de um cenário melhor destacado, percebe-se a impossibilidade de desassociar a educação de surdos do Brasil do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A posição central que essa instituição ocupou e ainda ocupa em território nacional possibilitou-lhe a estruturação de um campo pedagógico, mas ainda não garantiu a permanência da memória sobre o que já está construído. A existência do acervo parte do trabalho individual desenvolvido a partir do desejo de um único sujeito, mas ainda enfrenta questões de gestão e falta de pessoal especificamente qualificados, como historiadores e arquivistas.

Na esteira da ideia micro, tratando-se do acervo da Escola Especial Concórdia, o que emerge como ponto de destaque, dentro da dinâmica entre memória e esquecimento, é a memória institucional, representada pelos objetos que o compõem, e a falta de uma memória comunitária, representada pela não presença dos sujeitos que se envolveram com a operação educativa que a Escola Especial Concórdia conduziu. Se a instituição possui os documentos oficiais que projetam uma narrativa mais linear, a memória comunitária percebe a experiência vivida como uma forma de afirmação da identidade surda a partir da valorização da sua cultura



e da sua língua. Construir um lugar de memória, onde essas memórias encontrem espaço de diálogo, é um dos desafios do fazer museológico.

Ao finalizarmos este artigo, retomamos o objetivo geral: analisar os desafios para a produção da historicidade da Escola Especial Concórdia e da educação de surdos, a partir da articulação entre memória, patrimônio e invisibilidade. Para tanto, defendemos que a constituição de lugares de memória dentro do cenário brasileiro é um processo que deve levar em consideração a disputa entre memória e esquecimento que marca esse país. Quem deseja lembrar e o que se deseja ser lembrado? Na mesma esteira: o que se busca esquecer? Produzir uma memória que permaneça não significa somente guardar o passado, mas sobretudo oportunizar que a comunidade que dele fez parte possa também reescrevê-lo. Nesse sentido, a manutenção de um arquivo, acervo ou museu, que intente se constituir como um lugar de memória, um espaço acessível e, no caso do acervo da Escola Especial Concórdia, também como um espaço legitimado pela comunidade e, a partir disso, permanentemente reconhecido como parte da história da educação dos surdos do Brasil, deve ser reconhecida como uma ação direta e necessária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1961.

COIMBRA, Maria de Nazaré Castro Trigo; MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira. O estudo de caso como abordagem metodológica no ensino superior. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, p. 31-46, 2013.

ENDERS, Armelle. Les lieux de mémoire: dez anos depois. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; GODINHO, Paula. Patrimônios difíceis e políticas públicas de memória: descolonialidades, redemocratização e democracias em risco. **Revista Lusotopie**, Aix-en-Provence, v. 21, n. 1, 2022.

HOFFMAN, Felipe Eleutério. **Museus e memórias da repressão e da resistência no Brasil [recurso eletrônico]**: um estudo sobre documentos, justiça e transição e os espaços de rememoração. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2020.

IELB. Igreja Evangélica Luterana do Brasil. **Instituto Histórico**. On-line, 2022. Disponível em: <https://www.ielb.org.br/institucional/instituto-historico>. Acesso em: 11 jun. 2022.



KUSTER, Weliton Barbosa. **“Dia por dia, milagre por milagre” Luteranismo e Educação de Surdos na Escola Especial Concórdia (1966-1996)**. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

LOPES, Luciane Bresciani. **Escola Especial Concórdia: cultura escolar e práticas cotidianas na educação de surdos - Porto Alegre (1966-2020)**. 2025. 199f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2025.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 14-26, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. I La République, Paris: Gallimard, 1984. Tradução autorizada pelo Editor.

RAYMANN, Beatriz Carmem Warth. **History of Concordia School for the Deaf**. Family Factors As Predictors For Academic Development And Progress: A Self – Report By Hearing Parents of Deaf University Students And By Deaf University Students. 2001. Tese (Doutorado em Educational Administration) – Wauwatosa, Wisconsin, 2001.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 199-221, jan./jul. 2013.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O patrimônio como processo: uma ideia que supra a oposição material-imaterial. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 237-251, 2011.

WARTH, Martin Carlos. **Crônicas da Igreja** – fatos históricos da Igreja Luterana do Brasil: 1900 – 1974. Porto Alegre: Departamento de Comunicação da IELB, 1979.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em: 10 de outubro de 2025.

Aceito em: